

PORTA-VOZ



UBERABA
GOVERNO MUNICIPAL
JUNTOS POR UMA NOVA HISTÓRIA

Órgão Oficial do Município - Uberaba, 31 de Janeiro de 2022 Ano 27
Nº 2038 - www.portavozuberaba.com.br



sumário

Poder Executivo	2
Gabinete da Prefeita - Assessoria Especial de Captação e Parcerias	31
Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais	34

EXPEDIENTE

Órgão Oficial do Município de Uberaba, criado pela Lei 10.695 de 15 de Dezembro de 2008, e regulamentado pelo Decreto 1476, de 10 de junho de 2010.
Av. Dom Luiz Maria Santana, 141 - Mercês - Tel. 34 3318-0276 - PABX: 34 3318-2000.

PODER EXECUTIVO

Atos Oficiais

Decretos

REPUBLICADO POR APERFEIÇOAMENTO I DECRETO Nº 1.672, DE 19 JANEIRO DE 2022

Impõe medidas a serem adotadas para enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, no âmbito do Município de Uberaba, Estado de Minas Gerais e dá outras providências.

A **PREFEITA DO MUNICÍPIO DE UBERABA**, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 88, VII, da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a autonomia dos Municípios face ao disposto no artigo 30, inciso I da Constituição Federal;

CONSIDERANDO a decisão do Supremo Tribunal Federal na ADI 6341, atribuindo aos Estados e Municípios autonomia para tomar decisões que entenderem pertinentes e necessárias no combate ao Coronavírus;

CONSIDERANDO que a disseminação da COVID-19 permanece caracterizada pela Organização Mundial de Saúde - OMS - como uma pandemia;

CONSIDERANDO o Decreto nº 1.626, de 10 de janeiro de 2022, que prorroga o estado de calamidade pública declarado no Decreto Municipal nº. 5.443, de 06 de abril de 2020, decorrente do coronavírus da COVID-19 e dá outras providências;

CONSIDERANDO que, apesar do avanço na vacinação de grande parcela da população, com a proliferação da nova variante da COVID-19, a Ômicron, subsiste a necessidade de adoção ou manutenção de medidas emergenciais de enfrentamento estabelecidas com base nos indicadores epidemiológicos e de capacidade assistencial;

CONSIDERANDO a responsabilidade do Município em implementar ações de prevenção e de combate à doença decorrente do Coronavírus, com vistas a preservar a saúde e a vida, bem como em assegurar meios para garantia do sustento básico de seus cidadãos, de acordo com a fase de evolução, de contenção e de mitigação da pandemia,

D E C R E T A:

CAPÍTULO I DOS PARÂMETROS

Art. 1º Ficam instituídos parâmetros para a imposição de medidas a serem adotadas no enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente do Coronavírus, no âmbito do Município, de acordo com o ANEXO I deste Decreto.

Art. 2º Ocorrendo alteração no parâmetro disposto no ANEXO I, e ainda de acordo com análise da conjuntura local, poderá haver decretação de outras medidas de enfrentamento da emergência em saúde pública.

CAPÍTULO II DAS MEDIDAS SANITÁRIAS

Art. 3º Para o funcionamento/atendimento dos estabelecimentos industriais, comerciais e serviços, dentre outros, com ou sem fins lucrativos, públicos e privados, devem ser observadas as seguintes medidas obrigatórias, excetuadas as disposições contrárias previstas nos capítulos seguintes:

I - proibida aglomeração de pessoas;

II - manter observância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - controle de acesso de pessoas/barreira sanitária, respeitando o limite máximo de 60% (sessenta por cento) da capacidade;

IV - disponibilização de tapete sanitizante para higienização dos calçados nos acessos de entrada;

V - identificar de forma clara e visível as portas de entrada e de saída, de sentido único, de modo a evitar que as pessoas se cruzem;

VI - recomenda-se aferição da temperatura corporal de todos que adentrarem o local, através de termômetro digital/infravermelho sem contato, ficando vedado o acesso daqueles que apresentarem quadro febril (37,8ºC) ou algum sintoma respiratório;

VII - vedada a entrada ou permanência de pessoas sem o uso de máscara que sempre deverá cobrir nariz e boca, preferencialmente máscara N95 ou PFF2, sem filtro, cabendo ao estabelecimento orientar o seu uso correto;

VIII - não oferecer folhetos ou qualquer outro objeto ou papel de uso comum (ex. cardápios);

IX - fica proibido o consumo de bebidas alcoólicas em vias e áreas públicas, exceto em bares e restaurantes que possuam permissão de uso destas, e desde que respeitadas as condições previstas em capítulo próprio;

X - preenchimento obrigatório de cadastro, adesão e cumprimento do Termo de Responsabilidade Sanitária Coronavírus;

XI - em casos de “*delivery*”, de quaisquer produtos, em condomínios verticais, fica proibida a circulação do entregador nas áreas internas, devendo o cliente receber a encomenda na portaria/recepção;

XII - deve ser dada preferência para pagamentos por meios remotos tais como: cartões, transferências, PIX, etc., a fim de reduzir o contato com papel moeda;

XIII - higienizar, a cada uso, as máquinas para pagamento por meio de cartão com álcool 70% na forma líquida ou utilização de proteções descartáveis entre usos;

XIV - os condomínios devem manter controle de entrada de visitantes, prestadores de serviços e outros, por lista, contendo nome completo e cadastro de identificação da pessoa física e/ou jurídica, disponível para eventual fiscalização, sob pena de multa, prevista em capítulo específico;

XV - permitidas as vendas por “*delivery*”, “*drive thru*” e retirada no balcão, vedada aglomeração em frente ao estabelecimento.

§1º Considera-se aglomeração o descumprimento das regras previstas no inciso II deste artigo, ressalvados os casos de pessoas que residam na mesma casa/ambiente.

§2º O Termo de Responsabilidade Sanitária Coronavírus de que trata este artigo está disponível no sítio da Prefeitura Municipal de Uberaba -<http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,49173>, devendo ser preenchido pelo interessado, impresso e afixado na entrada do estabelecimento, em local visível ao público, nos moldes do ANEXO IV.

§3º A não adesão ao Termo de Responsabilidade impede a abertura, funcionamento e atendimento de quaisquer atividades.

§4º Fica a cargo dos empreendedores/responsáveis o cumprimento das medidas de que trata este artigo.

§5º O controle e a demarcação removível no piso das filas internas e nas áreas externas são de competência dos empreendedores/responsáveis.

§6º Os empreendedores/responsáveis devem afixar na entrada dos seus estabelecimentos, informativo, nos padrões previstos no modelo constante do ANEXO III, informando o número máximo de pessoas que podem entrar/permanecer simultaneamente no local, incluindo nesse número os proprietários e colaboradores, em conformidade com este Decreto.

§7º O controle de acesso de pessoas aos estabelecimentos deve se dar, obrigatoriamente, por meio de funcionário, que deve respeitar o limite máximo previsto no § 6º, sendo exigida a desinfecção das mãos e dos recipientes disponibilizados, bem como sugerida a aferição e informação da temperatura corporal, com a utilização de dispositivos sem contato físico, de todas as pessoas que forem adentrar ao estabelecimento.

§8º As pessoas cuja temperatura corporal esteja igual ou superior a 37,8°C e/ou com sintomas gripais devem ser impedidas de acessar ao estabelecimento e orientadas a procurar atendimento do serviço de saúde.

§9º Manter os ambientes arejados, com portas e janelas abertas, ficando permitido o uso de ar-condicionado, desde que realizadas higienizações, no sistema de filtro, com produtos sanitizantes regularizados junto à ANVISA, mediante registros em relatórios que poderão ser fiscalizados.

§10. A utilização dos bebedouros fica restrita para o abastecimento de garrafas e copos individuais, sendo necessário realizar frequentemente a limpeza e desinfecção das torneiras.

Art. 4º Fica determinada a utilização obrigatória de máscaras faciais que cubram boca e nariz, sendo recomendado, preferencialmente, o uso da máscara N95 ou PFF2, ambas sem filtro, por todos os cidadãos que saírem de casa, em qualquer espaço público e privado, no perímetro urbano e bairros rurais, como medida fundamental de proteção à saúde e à vida, com intuito de dificultar a transmissão comunitária do Coronavírus.

§1º É obrigatório o uso da máscara para condutor e passageiros dos veículos nos serviços de transporte público coletivo, vans, kombis, minibus, micro-ônibus, táxi, veículos de aplicativos, moto táxi, motoboy e moto-frete, sendo recomendado, preferencialmente, o uso da máscara N95 ou PFF2, ambas sem filtro.

§2º O disposto no “caput” deste artigo não se aplica aos indivíduos que estiverem no interior de veículo particular e/ou de passeio.

§3º Crianças com idade de até 02 (dois) anos ficam dispensadas do uso da máscara.

Art. 5º Além das medidas elencadas no artigo anterior fica estabelecido para o exercício das atividades econômicas comerciais e industriais, bem como das demais atividades em estabelecimentos públicos ou privados, o seguinte:

I - deverá ser elaborado o plano de contingência de cada estabelecimento em conformidade com as orientações contidas no link <http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,52268>;

II - fica obrigada a participação de, no mínimo, 02 (dois) colaboradores no Curso de Brigadista Sanitário a ser disponibilizado pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), no sítio da Prefeitura Municipal de Uberaba - <http://uberabacontracovid.com.br/portal/conteudo,49164>, os quais posteriormente atuarão como multiplicadores dos conhecimentos adquiridos;

III - a ocorrência a partir de 03 (três) casos positivos de Coronavírus no grupo de colaboradores deverá ser notificada à Secretaria de Saúde, através do endereço eletrônico empresainformacovid@uberaba.mg.gov.br, no prazo de 24h (vinte e quatro horas), sob pena de interdição, quando não notificado, compreendendo os positivos ocorridos no prazo de 28 (vinte e oito) dias do primeiro caso constatado.

Art. 6º No caso da ocorrência de 03 (três) casos positivos de Coronavírus no grupo de colaboradores, além da notificação à Secretaria de Saúde:

I - será desencadeada investigação de surto e, diante da avaliação das autoridades sanitárias, serão adotadas as medidas de contingenciamento necessárias;

II - os indivíduos com resultado positivo para o Coronavírus devem procurar uma das unidades de atendimento médico disponíveis no Município para avaliação clínica e ficarão em isolamento domiciliar, conforme previsto no ANEXO V, período em que serão monitorados pelas equipes da Secretaria de Saúde, juntamente aos seus comunicantes domiciliares;

III - os indivíduos presentes no estabelecimento no momento da investigação que não forem testados ou tiverem resultado negativo ou contatos próximos de caso positivo serão considerados indivíduos possivelmente expostos e deverão permanecer em quarentena domiciliar durante o período indicado pelas autoridades sanitárias, conforme ANEXO V;

IV - todas as dependências do estabelecimento deverão passar por desinfecção criteriosa.

§ 1º Caso a investigação encontre descumprimento das medidas sanitárias dispostas neste artigo, o estabelecimento poderá ser interditado, ficando interrompido o acesso presencial às dependências do local.

§ 2º Os responsáveis legais pelos estabelecimentos devem assumir corresponsabilidade no cumprimento da quarentena imposta após a investigação, a fim de prevenir a disseminação do vírus.

§ 3º A testagem para o Coronavírus, no caso dos indivíduos considerados possivelmente expostos ou contatos próximos de caso positivo, deve ser realizada a partir do 5º (quinto) dia do último contato com o positivado.

§ 4º O período de interdição do estabelecimento poderá ser prorrogado a critério das autoridades sanitárias, caso as medidas dispostas neste artigo não forem cumpridas.

§ 5º Para os fins do disposto neste artigo, consideram-se como contato próximo de caso positivo de Coronavírus todos os indivíduos que permaneceram em contato com o indivíduo positivado a partir de 2 (dois) dias antes da testagem nas dependências do estabelecimento ou no transporte.

Art. 7º Além das medidas sanitárias gerais previstas nesse capítulo, deverão ser observados os regramentos específicos de cada grupo de segmento estabelecido nesse Decreto.

CAPÍTULO III DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 8º Os órgãos e unidades administrativas da Prefeitura de Uberaba obedecerão ao seguinte:

I - o Centro Administrativo e as Unidades da Administração Direta e Indireta terão atendimento presencial, com número reduzido de servidores, respeitadas as normas de biossegurança, em consonância com a Instrução Normativa nº 001/2022, da Secretaria de Administração e instruções próprias da Administração Indireta, com controle de acesso aos prédios e priorização ao atendimento agendado;

II - os processos administrativos, bem como os protestos de títulos e ajuizamento de execuções fiscais continuam com sua tramitação normal;

III - será permitido o teletrabalho e o regime de revezamento aos servidores e empregados públicos municipais, conforme orientações, critérios e procedimentos gerais previstos na Instrução Normativa nº 001/2022 da Secretaria de Administração e instruções próprias da Administração Indireta;

IV - o disposto no inciso III deste artigo não se aplica aos aparelhos dos serviços essenciais, tais como, unidades de saúde, UPAS, SAMU, e forças de segurança, excetuados os casos de comorbidades devidamente comprovadas.

CAPÍTULO IV DO TRANSPORTE PÚBLICO

Art. 9º A lotação do transporte público coletivo fica limitada à capacidade máxima de passageiros sentados, e 18 (dezoito) passageiros em pé, de acordo com as normas estabelecidas pela Secretaria competente e respeitando as normas de biossegurança e as regras de higiene, privilegiando a ventilação natural, quando possível.

Art. 10. Os serviços de transporte, por meio de vans, táxi, aplicativos, moto táxi, motoboy e moto-frete, a cada corrida, devem ser higienizados, vedado o uso de álcool gel 70% para esta finalidade, sendo recomendado o seu uso na forma líquida 70% (setenta por cento), detergentes ou similares com efeito comprovado para inativação do vírus, respeitando as normas de biossegurança e regras de higiene.

CAPÍTULO V

DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO PÚBLICAS E PRIVADAS, INCLUSIVE DE ENSINO EXTRACURRICULAR

Art. 11. Ficam permitidas as aulas presenciais, de ensino curricular e extracurricular, nas Instituições de ensino público e privado do Município de Uberaba, em horários a serem definidos por cada Instituição, incluindo aulas práticas e estágios, desde que cumpridas as medidas de biossegurança.

§1º O retorno das aulas presenciais fica vinculado à apresentação de protocolo pelas Instituições, em conformidade com as normas de biossegurança e medidas sanitárias previstas neste Capítulo. **(NR = NOVA REDAÇÃO)**

§2º As instituições escolares, públicas e privadas, devem ofertar atendimento remoto aos estudantes de risco ou que testem positivo à COVID-19. **(NR)**

§3º Compete à Secretaria de Educação regulamentar, em legislação própria, o retorno às aulas presenciais nas Unidades Educacionais da Rede Municipal de Ensino, bem como o retorno dos profissionais da referida Pasta às atividades laborais. **(NR)**

§4º Os Centros de Formação de Condutores equiparam-se às Instituições de Ensino, ficando permitidas aulas presenciais.

Art. 12. Em consonância com o Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica, do Ministério da Educação do Brasil, a retomada das atividades de ensino curriculares e extracurriculares devem observar as seguintes medidas de prevenção e controle mínimo de ambientes e pessoas:

I - aderir ao termo de responsabilidade sanitária (pertinentes às medidas de prevenção e ambientais) do Município, afixando-o em local visível;

II - atualizar a lista de todas as pessoas envolvidas na Instituição de Ensino, os profissionais da educação e alunos, com os respectivos contatos telefônicos e endereços residenciais. A listagem dos alunos deve conter, obrigatoriamente, o contato telefônico de pais e/ou responsáveis, tudo a fim de viabilizar eventuais notificações de casos à comunidade de cada Instituição;

III - uso obrigatório de máscaras, sendo recomendado, preferencialmente o uso da máscara N95 ou PFF2, sem filtro, e se caseiras, que sejam de pano, de preferência algodão, que cubram boca e nariz, para todos os usuários presenciais das Instituições, recomendada a troca a cada 03 (três) horas ou a qualquer momento, se úmida ou rasgada;

IV - os acessos de entrada e saída devem ter marcação de 02 (duas) vias (uma para entrada e outra para saída), podendo ser feito por meio de marcação não permanente nos pisos e/ou uso de barreiras físicas como fitas zebradas ou similares, com observância das medidas de distanciamento e impedimento de aglomerações;

V - internamente, corredores e áreas de circulação devem ter marcação não permanente direcionando distintamente os fluxos de ida e vinda;

VI - tanto nos acessos de entrada e saída como nas áreas de circulação devem ser afixados cartazes, banners ou correlatos, contendo gravuras e/ou textos informativos reforçadores das medidas de biossegurança e distanciamento social;

VII - manter a higienização das mãos com álcool gel 70% ou limpeza com água e sabão, tanto na entrada quanto em diversos momentos durante a permanência nas dependências da Instituição;

VIII - presença em todos os turnos de funcionamento de, pelo menos, um profissional "brigadista sanitário", o qual deverá atuar como multiplicador das recomendações e/ou articulador para o cumprimento das medidas de prevenção e controle, dentre elas, estabelecer a interlocução (notificação de casos suspeitos e/ou confirmados à SMS, orientação dos usuários da escola, para quando necessário procurarem assistência em saúde) com os pontos de atenção à saúde;

IX - utilização dos EPIs por professores e demais funcionários das Instituições, sendo recomendado o uso do protetor facial "face shield";

X - evitar qualquer atividade que gere aglomeração;

XI - proibir o uso de brinquedos pessoais trazidos do ambiente domiciliar;

XII - adoção de barreiras físicas, para bloqueio de aerossóis e/ou gotículas, nas áreas de atendimento e refeitório (serviço de fornecimento de alimentos entre funcionários e alunos);

XIII - higienização de todos os ambientes das Instituições entre os turnos de ocupação, com intervalo mínimo de 01 (uma)

hora para reuso dos mesmos;

XIV - limpeza dos banheiros várias vezes ao dia, com seu registro gráfico, devendo ser no mínimo 02 (duas) vezes por turno, e principalmente nos períodos de maior utilização;

XV - nas dependências das Unidades Escolares deve-se obedecer ao regramento de distanciamento mínimo de 90 cm (noventa centímetros) entre as pessoas; **(NR)**

XVI - devem ser mantidos controles de acesso aos sanitários, de modo a evitar aglomeração no ambiente, bem como o compartilhamento de itens pessoais;

XVII - o funcionamento de restaurantes, bares, lanchonetes e similares no local, deve estar em conformidade com os demais dispositivos deste Decreto, seguindo o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, com a ocupação de até 6 (seis) pessoas por mesa, sendo permitido maior número de cadeiras para uso de crianças de até 12 (doze) anos incompletos do mesmo núcleo familiar, sendo taxativamente proibido o consumo de alimentos e bebidas em pé;

Art. 13. Recomenda-se, ainda, observar os parâmetros mínimos previstos no Protocolo Sanitário das Atividades Escolares, divulgados pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais (sétima versão), bem como as medidas preventivas a seguir: **(NR)**

I - adoção de horários diferenciados para refeições e atividades afins, com atendimento a revezamento entre os alunos, evitando-se aglomerações; **(NR)**

II - caso haja um excedente de alunos que não possam ser distanciados, nos termos do inciso acima, poderão ser criados espaços educativos alternativos em área aberta, observadas as regras de biossegurança e distanciamento social na disposição de cadeiras e/ou mesas;

III - manter cabelos presos e evitar uso de adornos e adereços pessoais;

IV - evitar compartilhamento de objetos (livros, brinquedos, etc.) que não permitam a higienização a cada uso;

V - agendamento prévio para os atendimentos presenciais nas diversas áreas administrativas;

VI - uso individualizado de copos e talheres por todos os usuários das Instituições;

VII - reorganização do "layout" dos ambientes de refeição com espaçamento de mesas e cadeiras, bem como escalonamentos de uso dos espaços, conforme detalhamento sanitário constante deste Decreto. Opcionalmente, pode-se utilizar, idealmente, o mesmo espaço das salas de aula, para alimentação em horário exclusivamente dedicado para tanto;

VIII - a presença de, pelo menos, um funcionário capacitado para, sem contato físico, aferir a temperatura corporal de todos que adentrarem à Instituição, sendo que aqueles que estiverem com temperatura igual ou superior a 37,8°C devem ser direcionados aos cuidados do brigadista para devidas providências;

IX - manter em condições de uso tapetes sanitários nos acessos de entrada da Instituição Escolar;

X - os itens expostos tais como, bolsas, mochilas, sacolas, lancheiras e correlatos, daqueles que adentrarem a escola, devem ser higienizados/desinfetados, com pulverizadores contendo álcool 70% ou outros produtos devidamente registrados pela ANVISA.

Art. 14. O funcionamento do Ensino Extracurricular, além das medidas previstas nos artigos anteriores, deve realizar agendamento prévio das aulas, sendo terminantemente proibida aglomeração de pessoas.

Seção Única

Do Transporte Escolar

Art. 15. O transporte escolar deve obedecer às normativas sanitárias que seguem:

I - a ocupação do veículo fica condicionada ao cumprimento das medidas de biossegurança; **(NR)**

II - afixação de cartazes contendo imagens e textos com medidas de prevenção da doença Coronavírus;

III - não permitir a entrada de pessoas com sintomas gripais;

IV - nenhum usuário deverá adentrar ou permanecer no veículo sem a utilização correta de máscaras faciais cobrindo boca e nariz;

V - em ocorrendo formação de filas para embarque deverá o condutor e/ou auxiliar, organizar fila com distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

VI - o desembarque deve ocorrer com formação de fila que preserve o distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio);

VII - fornecimento obrigatório de álcool em gel 70% para higienização das mãos e aferição de temperatura de todos que adentrarem ao transporte; **(NR)**

VIII - após o desembarque do último passageiro, por rota e/ou corrida, deve ser realizada, obrigatoriamente a limpeza de superfícies (painéis, bancos, cintos de segurança, apoiadores, maçanetas, janelas, parte interna, volante e demais superfícies de contato frequentes) com álcool 70% na forma líquida, detergente ou outros insumos aprovados pela ANVISA para eliminação do vírus.

CAPÍTULO VI

DA PRÁTICA DE ESPORTE E ATIVIDADES DE LAZER EM ÁREAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Art. 16. Ficam permitidas as atividades físicas coletivas e individuais, em espaços abertos ou fechados, privados e públicos, tais como, academias, clubes, centros esportivos, campos society e comunitário, quadras de futsal, condomínios residenciais, assim como nos espaços públicos abertos ou fechados, que possuem controle de acesso, tais como, Parque das Acácias (Piscinão), quadra do Conselho Afro e Complexo Esportivo Murilo Pacheco, respeitado o distanciamento de 1,5m (um metro e meio), quando possível, entre as pessoas, e observando as seguintes medidas impostas:

I - proibido o compartilhamento de equipamentos e demais acessórios para práticas esportivas, devendo ser eles de uso individual;

II - fica recomendada a troca da máscara facial quando úmida, acondicionando-a em embalagem própria;

III - ao término do uso os equipamentos/ambiente devem ser higienizados com pulverização de substâncias desinfetantes registradas na ANVISA, respeitando-se o tempo mínimo de 10 (dez) minutos para sua reutilização. A higienização deverá ser executada por profissional capacitado do estabelecimento;

IV - manter atualizada a lista de todas as pessoas que frequentam o espaço, incluindo profissionais e prestadores de serviços, com os respectivos contatos telefônicos e endereços residenciais;

V - proibidas competições esportivas;

VI - proibida presença de público/espectador nas atividades esportivas;

VII - nas atividades esportivas aquáticas (aulas) serão permitidos até 02 (dois) alunos por raia com largura mínima de 1,80m, além de acompanhante, em caso de bebês/crianças que dependam desse suporte. Caso a utilização da raia seja inviável, será permitida a utilização do espaço por apenas um praticante/atleta por vez e por horário.

VIII - nas academias de ginástica e congêneres, devem ser respeitadas, ainda, as seguintes condicionantes:

a) distância de 1,5m (um metro e meio) entre os equipamentos aeróbicos/anaeróbicos;

b) disponibilização de listagem com registro de agendamento de uso do espaço, por hora, respeitado o limite de 60% (sessenta por cento) da capacidade máxima do local;

c) fechamento do estabelecimento e/ou áreas para limpeza completa a cada 06 (seis) horas de funcionamento, mantendo os registros disponíveis para fiscalização e controle escrito da rotina de limpeza;

Art. 17. Fica proibida a utilização de piscinas para fins recreativos, sendo vedado também o uso de saunas.

Art. 18. O funcionamento de restaurantes, bares, lanchonetes e similares no local, deve respeitar as regras impostas para este segmento, em Capítulo próprio deste Decreto.

CAPÍTULO VII

DO FUNCIONAMENTO DE ATIVIDADES DE SONORIZAÇÃO E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS, SHOWS, BOATES, FESTAS COM VENDA DE INGRESSO, CASAS NOTURNAS, EVENTOS CORPORATIVOS, FESTIVOS, SOCIAIS, FAMILIARES, LEILÕES E FORMATURAS

Art. 19. Fica proibido o funcionamento de shows, boates, festas com venda de ingresso, casas noturnas, baladas e similares.

Art. 20. Ficam permitidos eventos corporativos, festivos, sociais, familiares, leilões e formaturas, inclusive colação de grau, com lotação máxima de 60% da capacidade do local, limitado a 200 (duzentas) pessoas.

Parágrafo único. Os eventos previstos no *caput* deste artigo, poderão ocorrer desde que atendidas as seguintes diretrizes:

I - encaminhar para a Diretoria de Vigilância em Saúde, no prazo mínimo de 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o evento, o Formulário de Declaração de Saúde, conforme modelo constante do ANEXO VI;

II - fica recomendada:

a) a apresentação do teste rápido de antígeno (swab nasal) para COVID-19 de todos os participantes, realizado nas últimas 24 (vinte e quatro) horas que antecedem o horário do evento, com resultado negativo;

b) a apresentação do comprovante de vacinação COVID-19;

III - fica proibida a disponibilização e utilização de espaço para dança;

IV - disponibilizar assento para todos os presentes, exceto corpo do cerimonial;

V - respeitar distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas, com a ocupação de até 06 (seis) pessoas por mesa, sendo permitido maior número de cadeiras para uso de crianças de até 12 (doze) anos incompletos do mesmo núcleo familiar, sendo taxativamente proibido o consumo de alimentos e bebidas em pé;

VI - exigir a utilização de máscara facial ajustada, cobrindo boca e nariz, durante todo o evento, sendo permitida sua retirada apenas durante a alimentação;

VII - para o funcionamento do autosserviço (self-service), deve ser fornecido aos presentes álcool gel 70% e luva descartável, devendo todos, obrigatoriamente, utilizar adequadamente máscara facial que cubra boca e nariz;

VIII - deve ser mantido 1 (um) frasco de álcool gel 70%, por mesa;

IX - fica proibido o compartilhamento de qualquer utensílio sem higienização prévia;

X - fornecimento de talheres embalados ou com proteção e recipiente para armazenamento das máscaras no momento da alimentação;

XI - ficam permitidas as apresentações artísticas, musicais e transmissões ao vivo em eventos corporativos, festivos, sociais, familiares, leilões e formaturas, inclusive colação de grau, observadas as seguintes regras:

a) os artistas devem fazer uso de máscara que cubra boca e nariz, que poderá ser retirada durante a realização da apresentação artística;

b) distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre os artistas e músicos, bem como entre estes e os convidados;

c) recomenda-se a proteção acrílica ou similar entre os músicos e o público, no intuito de minimizar a dispersão de gotículas e aerossóis, em todas as áreas livres ao redor dos artistas, desde o chão e com altura mínima de 20 (vinte) centímetros acima do nível deles, se sentados ou em pé;

d) a preparação do palco e dos instrumentos para a realização da apresentação artística deve ser concluída antes de cada apresentação, sendo vedado o compartilhamento de instrumentos entre os artistas e músicos;

e) verificando o(s) proprietário(s), organizador(es) e/ou artista(s) que alguém do público esteja infringindo as regras previstas neste Decreto, deverá(ão) ele(s), suspender(em) imediatamente a apresentação, solicitando aos infratores o cumprimento das normas, devendo a apresentação retornar apenas quando cessar a infração, sob pena de responsabilização solidária do(s) proprietário(s), organizador(es), artista(s) e indivíduo(s) infrator(es), nos termos deste Decreto;

f) a produção sonora e de ruídos deve obedecer à legislação específica.

CAPÍTULO VIII

DOS PASSEIOS TURÍSTICOS (CITY TOUR, TRENZINHOS INFANTIS, ETC) E PARQUES INFANTIS RECREATIVOS

Art. 21. Ficam permitidos os passeios turísticos (city tour, trenzinhos infantis, etc.) com lotação de 60% (sessenta por cento) de sua capacidade, considerando passageiros sentados, observadas as medidas impostas no Capítulo II - DAS MEDIDAS SANITÁRIAS, no que couber.

Art. 22. Ficam permitidos os parques infantis recreativos com lotação de 60% (sessenta por cento) de sua capacidade, em espaços públicos e privados, observadas as medidas impostas no Capítulo II - DAS MEDIDAS SANITÁRIAS, no que couber.

CAPÍTULO IX

DOS CINEMAS, CIRCOS, ESPETÁCULOS CIRCENSES, MUSEUS, TEATROS E GALERIAS DE ARTE

Art. 23. Fica permitido o funcionamento dos cinemas, circos, espetáculos circenses, museus, teatros e galerias de arte com lotação de 60% (sessenta por cento) de sua capacidade, observando as seguintes medidas impostas:

I - distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, considerando o raio de ocupação, sentadas, sugerindo que sejam feitas interdições intercaladas por meio de marcações removíveis;

II - podem ser liberadas bebidas e gêneros alimentícios no local, desde que lacrados, para serem consumidos sentados;

III - deve ser realizada higienização do ambiente ao final de cada sessão, com intervalo mínimo de 15 (quinze) minutos para novas sessões;

IV - orientar colaboradores e frequentadores a deixar o estabelecimento segundo ordem fixada e a não se aglomerarem do lado de fora, devendo as pessoas mais próximas da porta de saída serem as primeiras a sair, evitando assim o fluxo cruzado de pessoas.

CAPÍTULO X

DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DOS ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS, COMERCIAIS E DE SERVIÇOS, DENTRE OUTROS, COM OU SEM FINS LUCRATIVOS, PÚBLICOS E PRIVADOS

Seção I

Do funcionamento e atendimento dos estabelecimentos industriais, agronegócios, comerciais e de serviços, dentre outros

Art. 24. Fica autorizado o funcionamento e atendimento dos estabelecimentos industriais, agronegócios, comerciais e de serviços, dentre outros, com ou sem fins lucrativos, públicos e privados, com observância das normas contidas no Capítulo II - DAS MEDIDAS SANITÁRIAS, além das que se seguem:

I - manter barreira sanitária na porta de acesso para verificação do cumprimento das regras sanitárias e o controle do número

de pessoas no local, conforme capacidade máxima permitida, em consonância com os dispositivos deste Decreto;

II - identificação clara e visível de entrada e de saída, mantendo sentido único, de modo a evitar que as pessoas se cruzem, devendo utilizar barreiras para garantir tal separação;

III - manter em condições de uso tapetes sanitários nos acessos de entrada;

IV - em locais com possível formação de filas, deverá ser realizada, a cada 1,5m (um metro e meio), marcação não permanente nos pisos para manutenção das regras de distanciamento social;

V - disponibilizar informativos com orientações sobre a necessidade de higienização das mãos, uso de máscara, distanciamento entre pessoas;

VI - disponibilizar locais adequados para lavagem frequente das mãos com água e sabão e/ou disponibilização de álcool gel 70% para funcionários e consumidores;

VII - recomenda-se que os trabalhadores não retornem às suas casas com o uniforme utilizado durante a prestação do serviço;

VIII - comunicar imediatamente às autoridades de saúde quando proprietários, funcionários ou terceirizados do estabelecimento apresentarem sintomas de contaminação pelo Coronavírus;

IX - limpar e desinfetar sistematicamente objetos, superfícies de uso comum como balcões, bancadas, maçanetas, puxadores, calculadoras, carrinhos, cesta de supermercado, máquinas para pagamento com cartões e similares, esteiras, caixas eletrônicos de autoatendimento, equipamentos que possuam painel eletrônico de contato físico, com álcool 70% na forma líquida, detergente ou outros insumos aprovados pela ANVISA para eliminação do vírus;

X - fica permitida a utilização dos provedores de roupas, bem como a experimentação de calçados, que deve utilizar sacos ou envoltórios descartáveis para proteção dos pés;

XI - fica permitida a “consignação” de roupas e calçados;

XII - ficam proibidos quaisquer estabelecimentos que comercializam cosméticos, perfumaria e adereços/acessórios de disponibilizar qualquer tipo de produto para testagem;

XIII - o acesso de clientes aos estacionamentos deve-se dar, quando da utilização de cancelas de controle, sem que haja contato físico com botões e/ou dispositivos semelhantes, sendo aconselhada a não utilização de papéis e/ou outros elementos que permitam contato com superfícies nas quais possa se instalar o Coronavírus, possibilitando disseminação da doença;

XIV - não sendo possível evitar o contato físico, que seja obrigatoriamente disponibilizado um funcionário para cada cancela de entrada, a fim de que possa oferecer álcool gel 70% para descontaminação das mãos dos usuários que manipulam o dispositivo;

XV - nos Centros Comerciais, Galerias, Shoppings Centers, Supermercados, Lojas de Departamentos ou congêneres, devem-se ainda, obedecer ao seguinte:

a) lotação de 60% (sessenta por cento) de sua capacidade;

b) recomenda-se, a disponibilização de álcool gel 70%, em pontos internos do estabelecimento;

c) nas áreas comuns conter demarcações de distanciamento;

d) proibido o consumo de alimentos e bebidas nas áreas de circulação;

e) a disponibilização de bancos, cadeiras e afins nas áreas comuns deve conter demarcações de distanciamento;

f) internamente, corredores e áreas de circulação devem ter marcação não permanente direcionando os fluxos de ida e vinda;

g) cabe à administração disciplinar e fiscalizar o cumprimento das normas deste Decreto aplicáveis a seus usuários e

condôminos, sob pena de responsabilização solidária com os infratores.

§ 1º A relação dos estabelecimentos que possuem Alvará Sanitário para funcionamento estão disponíveis para consulta pública, na página <http://www.uberaba.mg.gov.br/facilitatudo/principal>.

§ 2º Recomenda-se a todo cidadão que antes de solicitar a entrega de alimento ou adentrar em estabelecimento, consultar se o mesmo possui Alvará Sanitário, caso não possua, solicita-se realizar comunicação do fato à Secretaria de Saúde (SMS).

Seção II

Restaurantes, Bares, Lanchonetes, Pizzarias, Lojas de Conveniência, Praças de alimentação, Cafeterias, Sorveterias, Docerias, Padarias, Disk Bebidas e Similares

Art. 25. Fica autorizado o funcionamento dos restaurantes, bares, lanchonetes, pizzarias, lojas de conveniência, praças de alimentação, cafeterias, sorveterias, docerias, padarias, disk bebidas e similares, limitados a 60% (sessenta por cento) da capacidade do local, desde que observadas as seguintes medidas:

I - fica permitido o consumo de bebidas e/ou alimentos no interior dos estabelecimentos somente a clientes sentados, exceto em balcões de serviço, desde que mantida a distância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, com marcação removível no piso;

II - em espaços fechados: a disposição das mesas deve respeitar o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas, com a ocupação máxima de 06 (seis) pessoas, sendo permitido maior número de cadeiras para uso de crianças de até 12 (doze) anos incompletos do mesmo núcleo familiar, sendo taxativamente proibido o consumo de alimentos e bebidas em pé;

III - em espaços abertos: a disposição das mesas deve respeitar o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas, com a ocupação máxima de 06 (seis) pessoas, sendo permitido maior número de cadeiras para uso de crianças de até 12 (doze) anos incompletos do mesmo núcleo familiar, sendo taxativamente proibido o consumo de alimentos e bebidas em pé, observada a ocupação prevista no artigo 150 da Lei Complementar nº 380/2008 (Código de Posturas);

IV - deve ser retirado das mesas todos os objetos que possam ser veículo de contaminação, inclusive forros e guardanapos de tecido;

V - deve ser mantido 01 (um) frasco de álcool gel 70%, por mesa;

VI - para o funcionamento do autosserviço (self-service) deve ser fornecido ao consumidor álcool gel 70% e luva descartável, devendo o consumidor estar obrigatoriamente utilizando adequadamente máscara facial que cubra boca e nariz;

VII - fica proibida a utilização de cardápios compartilhados, devendo ser utilizada a modalidade virtual, cartazes/banners ou outros descartáveis;

VIII - fica proibido o compartilhamento de qualquer utensílio sem higienização prévia;

IX - oferecer talheres embalados ou com proteção e recipientes adequados para que os consumidores armazenem suas máscaras enquanto estiverem se alimentando;

X - o consumidor deve retirar a máscara apenas no momento da ingestão de alimentos e líquidos;

XI - higienizar com álcool 70% na forma líquida, a cada uso, as máquinas para pagamento com cartão ou utilização de proteções descartáveis entre o uso;

XII - que as roupas de trabalho/uniformes sejam retiradas ao fim de cada turno, armazenadas em sacos e/ou dispositivos próprios e isolados para transporte, e lavadas imediatamente entre cada dia de trabalho;

XIII - ficam permitidas apresentações artísticas/musicais e transmissões ao vivo, observadas as seguintes regras:

a) os artistas devem fazer uso de máscara que cubra boca e nariz, que poderá ser retirada durante a realização da apresentação artística;

b) distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre os artistas e músicos, bem como entre estes e os convidados;

c) recomenda-se a proteção acrílica ou similar entre os músicos e o público, no intuito de minimizar a dispersão de gotículas e aerossóis, em todas as áreas livres ao redor dos artistas, desde o chão e com altura mínima de 20 (vinte) centímetros acima do nível deles, se sentados ou em pé;

d) preparação do palco e dos instrumentos para a realização da apresentação artística deve ser concluída antes de cada apresentação, sendo vedado o compartilhamento de instrumentos entre os artistas e músicos;

e) verificando o(s) proprietário(s), organizador(es) e/ou artista(s) que alguém do público esteja infringindo as regras previstas neste Decreto, deverá(ão) ele(s), suspender(em) imediatamente a apresentação, solicitando aos infratores o cumprimento das normas, devendo a apresentação retornar apenas quando cessar a infração, sob pena de responsabilização solidária do(s) proprietário(s), organizador(es), artista(s) e indivíduo(s) infrator(es), nos termos deste Decreto;

f) a produção sonora e de ruídos deve obedecer à legislação específica.

Seção III

Bancos, Instituições Financeiras, Financeiras de Crédito e Casas Lotéricas

Art. 26. Os Bancos, Instituições Financeiras, Financeiras de Crédito e Casas Lotéricas devem obedecer às seguintes regras:

I - serão responsáveis pela fiscalização do cumprimento das medidas de prevenção já adotadas;

II - disponibilizar quantidade de funcionários suficientes para impedir aglomeração em filas sem a devida distância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

III - impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem utilizando máscara ou cobertura sobre o nariz e a boca ou disponibilizar máscaras descartáveis aos seus clientes, usuários e funcionários;

IV - cumprir as normas contidas no Capítulo II - DAS MEDIDAS SANITÁRIAS.

Seção IV

Estabelecimentos de saúde pública e privada, hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, farmácias, clínicas e salões de estética e beleza, barbearias, cabeleireiros e similares

Art. 27. Fica permitido o funcionamento dos estabelecimentos de saúde pública e privada, hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, farmácias, clínicas e salões de estética e beleza, barbearias, cabeleireiros e similares, condicionado ao

cumprimento das medidas sanitárias e normas gerais de biossegurança e contingência, previstas neste Decreto, além das que seguem:

I - realizar a investigação de todos os funcionários, clientes, pacientes e usuários sobre a presença de sinais e sintomas gripais, principalmente sobre febre, tosse, coriza e dor de garganta, ocorridos nos últimos 14 (quatorze) dias;

II - apresentando sintomas, o funcionário deverá ser afastado das atividades laborais e deverá receber orientação de permanecer em isolamento domiciliar, previsto no **ANEXO V**;

III - disponibilizar álcool gel 70% em pontos estratégicos como na entrada do estabelecimento, nas bancadas de atendimento, no banheiro e outros, para todos os colaboradores, prestadores de serviço, clientes, pacientes e usuários;

IV - todos os proprietários, colaboradores, prestadores de serviço do estabelecimento devem obrigatoriamente utilizar máscara N95 ou PFF2, sem filtro;

V - lavar as mãos com água e sabão e/ou utilizar álcool gel 70% antes e após o contato com novo cliente, paciente, usuário ou qualquer outra pessoa;

VI - intensificar a limpeza diária dos ambientes, incluindo bancadas, mesas, pisos e interruptores de luz, reforçando os locais de maior circulação e as superfícies mais tocadas, limpando com detergente neutro (quando a superfície permitir), seguida da higienização com álcool 70% ou outro produto desinfetante com ação virucida aprovado pela ANVISA; o procedimento deve ser realizado de forma regular, após o expediente de trabalho ou sempre que necessário;

VII - realizar a limpeza e desinfecção de todos os objetos e as superfícies tocadas com maior frequência como instrumentos de trabalho, telefones, maçanetas, corrimão, balcão, recepção, bancadas, cadeiras, lavatórios, dentre outros, sendo necessário refazer a higienização e desinfecção naqueles objetos/superfícies que o cliente, paciente ou usuário manteve contato, com aplicação de produto desinfetante com o uso de pulverizador;

VIII - realizar a limpeza dos sanitários uma vez por turno, preferencialmente no início de cada turno, mantendo registro de controle dessas limpezas; manter nos banheiros, papel toalha, sabão líquido e água para lavagem das mãos.

IX - para os estabelecimentos de saúde pública e privada, hospitais, clínicas médicas, odontológicas, veterinárias, farmácias e similares, devem-se ainda, obedecer ao seguinte:

a) disponibilizar a quantidade de funcionários suficientes para impedir aglomeração em filas sem a devida distância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;

b) impedir a entrada e a permanência de pessoas que não estiverem utilizando máscara ou cobertura sobre o nariz e a boca;

X - para as clínicas, salões de estética e beleza, barbearias, cabeleireiros e afins, devem-se ainda, obedecer ao seguinte:

a) recomenda-se, que pessoas vulneráveis, tais como: pessoas acima de 60 anos de idade; pessoas com doenças crônicas graves ou descompensadas e imunocomprometidos (HIV, câncer); pessoas com obesidade, especialmente com IMC igual ou superior a 40; grávidas em qualquer idade gestacional; puérperas até duas semanas após o parto; sejam atendidos em ambiente domiciliar;

b) não disponibilizar jornais, revistas ou similares no estabelecimento;

c) atender aos clientes somente com horário previamente agendado, para não favorecer a aglomeração, respeitando um intervalo de 10 (dez) minutos entre os clientes, para higienização dos mobiliários, equipamentos e das mãos;

d) proibir a entrada de acompanhantes, exceto casos específicos em que o cliente seja criança ou portador de necessidades especiais e necessite de acompanhamento dos pais ou responsáveis;

e) em existindo mais de uma cadeira de atendimento em salões e barbearias, essas devem estar separadas, entre si, com distância mínima de 1,5m (um metro e meio);

f) fica proibido a quaisquer estabelecimentos manter mostruários para experimentação de produtos como: batom, maquiagem, perfume, creme, aplicadores, pincéis, adornos pessoais e correlatos;

g) os resíduos com potencial risco de contaminação gerados pelo estabelecimento, como, por exemplo, navalhas e lâminas, devem ser segregados e descartados, em conformidade com a RDC ANVISA no 222/2018;

h) obrigatória a utilização de lixeiras com tampa e aberturas sem contato manual;

i) manter acessórios suficientes para atender a demanda, como por exemplo, escova de cabelo, tesouras, pentes, navalhas, recipientes para preparações químicas, toalhas, dentre outros, garantindo tempo adequado para higienização dos mesmos;

j) trocar toalhas e capas a cada cliente atendido, utilizando, sempre que possível, produtos de uso descartável;

k) higienizar aventais de material plástico ou similar, escova de cabelo, pentes, tesouras, navalhas, recipientes para preparação química e afins com borrifador de álcool 70% na forma líquida;

l) lavar toalhas, aventais de pano e afins com água e sabão e outros desinfetantes ou alvejantes sempre ao final de cada turno

e somente reutilizá-los após limpos;

m) funcionários, cabeleireiros, manicures etc. devem utilizar touca, sendo recomendado ainda o uso da proteção facial “*face shield*” durante todo o atendimento;

n) higienizar com álcool 70%, na forma líquida, após utilização por cada usuário, máquinas de cartão de crédito; para evitar danos e facilitar a higienização, recomenda-se envolver as máquinas em plástico transparente.

CAPÍTULO XI DAS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Art. 28. Ficam permitidas as celebrações de reuniões, missas e cultos, realizados em templos religiosos, desde que observadas às seguintes medidas:

I - identificar de forma clara e visível as portas de entrada e de saída, de sentido único, de modo a evitar que as pessoas se cruzem;

II - vedada a entrada ou permanência de pessoas sem o uso de máscara, cabendo à instituição orientar o uso correto das mesmas, que devem sempre cobrir nariz e boca, sendo recomendado, preferencialmente, o uso da máscara N95 ou PFF2, sem filtro;

III - distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, considerando o raio de ocupação, sentadas ou em pé, sugerindo que sejam retiradas as cadeiras/poltronas ou feitas interdições intercaladas por meio de marcações removíveis;

IV - proibir o consumo de bebidas e gêneros alimentícios no local;

V - recomenda-se o atendimento, em horário diferenciado, para pessoas com 60 (sessenta) anos ou mais, para os pertencentes ao grupo de risco e crianças menores de 12 (doze) anos;

VI - deve ser realizada higienização do ambiente ao final de cada celebração;

VII - orientar colaboradores e frequentadores a deixar o estabelecimento segundo ordem fixada e a não se aglomerarem do lado de fora, devendo as pessoas mais próximas da porta de saída serem as primeiras a sair, evitando assim o fluxo cruzado de pessoas;

VIII - a lotação total autorizada deve ser de no máximo 60% (sessenta por cento) da capacidade de assentos das instituições religiosas, garantido o espaçamento de 1,5m (um metro e meio) entre os presentes.

Art. 29. As apresentações musicais durante as celebrações devem obedecer às seguintes regras:

I - os músicos devem fazer uso de máscara que cubra boca e nariz, que pode ser retirada durante a realização da apresentação artística;

II - distância mínima de 1,5m (um metro e meio) entre os músicos, bem como entre estes e o público;

III - recomenda-se proteção acrílica ou similar entre os músicos e o público, no intuito de minimizar a dispersão de gotículas e aerossóis, em todas as áreas livres ao redor dos artistas, desde o chão e com altura mínima de 20 cm (vinte centímetros) acima do nível dos músicos (sentados ou em pé);

IV - a preparação do palco e dos instrumentos para a realização da apresentação musical deve ser concluída antes de cada apresentação, sendo vedado o compartilhamento de instrumentos entre os músicos;

V - a produção sonora e de ruídos deve obedecer à legislação específica.

CAPÍTULO XII

DO FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO DAS BANCAS E BARRACAS DAS FEIRAS LIVRES e FEIRAS GASTRONÔMICAS

Art. 30. Fica permitido o funcionamento das bancas e barracas das Feiras Livres, observadas as seguintes medidas:

I - distância mínima entre bancas ou barracas de 1,5m (um metro e meio);

II - distância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas, devendo haver demarcação removível no solo para a formação de filas;

III - manutenção permanente de medidas de higiene como desinfecção, esterilização e outros métodos de limpeza;

IV - disponibilização de álcool gel 70%, papel toalha, água, detergente, para assepsia das mãos de funcionários, permissionários e consumidores;

V - uso de luvas, toucas e máscaras pelos atendentes, preferencialmente N95 ou PFF2, sem filtro;

VI - a disposição das mesas deve respeitar o distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre as mesas, com a ocupação máxima de 06 (seis) pessoas, sendo permitido maior número de cadeiras para uso de crianças de até 12 (doze) anos incompletos do mesmo núcleo familiar, sendo taxativamente proibido o consumo de alimentos e bebidas em pé;

VII - todas as barracas devem manter à disposição dos consumidores e funcionários álcool gel 70% para higienização das mãos, além de manter dispensadores de álcool gel 70% em diferentes pontos estratégicos da feira;

VIII - fica proibido o consumo de alimentos e bebidas nas áreas de circulação das feiras.

Art. 31. A Feira da Abadia, além das disposições contidas no artigo acima, deve observar ainda:

I - a disposição das barracas deve ser de forma linear, com distância de 1,5m (um metro e meio) entre as barracas, recomendando-se o estabelecimento de fluxo único de consumidores;

II - somente é permitida a montagem e o funcionamento de barracas de lona e que sejam de pessoas residentes no Município de Uberaba-MG.

Art. 32. Qualquer banca, barraca ou vendedor de produtos que não estiverem em conformidade com este Decreto poderá ser multado e terão suas mercadorias apreendidas.

Parágrafo único. O descumprimento das regras de funcionamento da feira acarreta no cancelamento da licença/alvará de funcionamento, sem prejuízo da imposição das demais penalidades previstas em Decreto.

Art. 33. A responsabilidade por verificar o cumprimento das normas de funcionamento da feira é compartilhada entre os permissionários e organizadores.

Art. 34. Fica recomendada a realização de capacitações mensais dos colaboradores e funcionários sobre os protocolos de segurança.

Art. 35. O funcionamento das feiras fica condicionado ao cumprimento das medidas sanitárias e normas gerais de biossegurança e contingência do Município de Uberaba/MG.

CAPÍTULO XIII

DO TERMINAL RODOVIÁRIO, AEROPORTO E EMPRESAS DE TURISMO, FRETAMENTO E SIMILARES

Art. 36. O terminal rodoviário, aeroporto e empresas de turismo, fretamento e similares devem obedecer às seguintes regras:

I - manter entrada e saída individualizadas para passageiros, bem como, para os guichês de venda de passagens;

II - permitir o acesso apenas da pessoa com cartão de embarque ou interessado em adquirir passagem, vedada a presença de acompanhante, salvo caso de extrema necessidade;

III - os acessos ao terminal e/ou guichês devem contar com funcionário, a fim de controlar a entrada de pessoas;

IV - manter barreira física com o objetivo de delimitar a circulação de passageiros que ingressem no Município, com plataformas de embarque e desembarque em espaços diferentes, com fluxo único de passageiros em direção à porta de saída;

V - proibir a circulação de pessoas pela área interna e contato destas com passageiros que embarcarão;

VI - os funcionários e responsáveis pelo manuseio de bagagens devem, obrigatoriamente, utilizar luvas, máscaras, preferencialmente N95 ou PFF2, sem filtro, e manter a higienização periódica das mãos;

VII - manter controle e a demarcação removível no piso das filas internas e nas áreas externas;

VIII - afixar na entrada informativo constando o número máximo de pessoas que podem entrar simultaneamente no local;

IX - manter barreira física de separação entre o usuário/consumidor e o atendente dos guichês;

X - proibir a aglomeração de pessoas nas áreas internas (incluindo os banheiros) e externas, com controle de chegada e saída de veículos do local, seja ônibus, táxis, moto táxis, veículos de passeio e outros;

XI - manter rotina de limpeza dos banheiros, toaletes, lavabos e áreas comuns, com frequência mínima de 01 (uma) hora entre cada limpeza;

XII - manter rotina de abastecimento e higienização dos dispensadores de papel toalha e sabão líquido nos banheiros e lavabos;

XIII - disponibilizar dispensadores de álcool gel 70% em pontos estratégicos;

XIV - adotar medidas educativas de prevenção ao Coronavírus, como veiculação de mensagens sonoras e visuais (ex. displays luminosos);

XV - demarcar os assentos de espera, de modo a permitir o distanciamento de, no mínimo, 1,5m (um metro e meio) entre os indivíduos, com a higienização periódica dos bancos, balcões, corrimões e demais áreas que gerem contato entre pessoas;

XVI - afastar, imediatamente, funcionários que apresentem sintomas de síndrome gripal, notificando a Secretaria Municipal de Saúde sobre a ocorrência de qualquer caso positivo para Coronavírus;

XVII - prestar orientações aos locatários quanto ao dever de observância das normas de biossegurança, higiene e da legislação municipal vigente, sendo a administradora/concessionária corresponsável pelo descumprimento das medidas de enfrentamento da pandemia.

Art. 37. Os restaurantes, bares, lanchonetes, cafeterias, sorveterias, docerias, bem como as demais atividades que funcionam dentro do terminal rodoviário e aeroporto, devem respeitar as regras impostas para este segmento, em Capítulo próprio deste Decreto.

CAPÍTULO XIV DAS PENALIDADES

Art. 38. No caso de descumprimento das regras impostas neste Decreto, deve o Município se valer do poder de polícia, com base na excepcionalidade do momento e nos termos da Lei, sujeitando o infrator às penalidades conforme o ANEXO II, cumulativamente:

I - advertência, excetuando os casos previstos no inciso III deste artigo;

II - multa de R\$ 1.173,88 (um mil, cento e setenta e três reais e oitenta e oito centavos) a R\$ 11.738,80 (onze mil, setecentos e trinta e oito reais e oitenta centavos), de acordo com a gravidade da situação, excetuando os casos previstos no inciso III deste artigo;

III - multa de R\$ 1.173,88 (um mil, cento e setenta e três reais e oitenta e oito centavos) a R\$ 20.600,00 (vinte mil e seiscentos reais), de acordo com a gravidade da situação:

a) para o funcionamento de shows, boates, festas com venda de ingresso, casas noturnas e competições esportivas;

b) para o funcionamento em desacordo com as disposições deste Decreto dos eventos corporativos, festivos, sociais, familiares, leilões e formaturas.

IV - interdição pelo prazo de até 90 (noventa) dias úteis, na reincidência;

V - cassação do alvará em nova reincidência.

§1º Feita a autuação e lavrada a multa, esta deve ser paga no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da autuação, sob pena de interdição e fechamento do estabelecimento.

§2º Para a liberação do funcionamento do estabelecimento, após decorrido o prazo de interdição, é obrigatória a quitação das multas aplicadas, desde que não caiba recurso.

§3º Em havendo defesa/recurso julgado procedente, o valor pago deverá ser ressarcido ao autuado.

§4º As penalidades previstas neste artigo se aplicam para o(s) organizador(es) do evento e aos munícipes que estiverem no local em descumprimento às medidas de biossegurança previstas neste Decreto.

§5º Além das penalidades previstas neste artigo, fica(m) o(s) infrator(es) sujeitos ao enquadramento no crime de propagação de doença contagiosa, nos termos do artigo 268 do Código Penal, cabendo à Secretaria de Defesa Social (SDS) enviar ao Ministério Público o(s) Boletim(ins) de Ocorrência (B.O.) lavrado(s) pelos agentes públicos revestidos do Poder de Polícia, para as providências legais cabíveis.

CAPÍTULO XV DO PODER DE POLÍCIA

Art. 39. O Poder Público Municipal delega poderes a todos os Guardas Municipais, Fiscais, Agentes de Fiscalização de todas as áreas da Administração Direta e Indireta, Polícia Militar e outros órgãos do Estado para fins de lavratura de autuações, aplicação de multas e de todo e qualquer ato inerente ao efetivo e pleno cumprimento deste Decreto.

CAPÍTULO XVI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 40. A entrega de medicamentos de uso contínuo nas farmácias da rede pública municipal, deve ser realizada para 03 (três) meses de tratamento, conforme receituário médico atualizado, salvo medicamentos de controle especial.

Art. 41. Casos excepcionais serão analisados pelo Comitê Técnico-Científico do Coronavírus.

Art. 42. Este Decreto entra em vigor na data de 01 de fevereiro de 2022, com vigência até o dia 07 de fevereiro de 2022, podendo ser prorrogado ou revisto a qualquer tempo, conforme avaliação técnica. **(NR)**

Art. 43. Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 1.627, de 10 de janeiro de 2022.

Uberaba (MG), 31 de janeiro de 2022.

ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO

Prefeita

INDIARA FERREIRA

Secretária de Governo

SÉTIMO BÓSCOLO NETO

Secretário de Saúde

FABIANA GOMES PINHEIRO ALVES

Procuradora Geral

CELI CAMARGO

Secretária de Comunicação

ANEXO I

Indicadores para o monitoramento da epidemia de Covid-19 em Uberaba/MG, 31/01/2022

O Sistema de Fases proposto pela Secretaria Municipal de Saúde vai observar a evolução de dois eixos: o Eixo da Capacidade de Atendimento e o Eixo de Evolução da Pandemia. No Eixo da Capacidade de Atendimento são consideradas as taxas de ocupação de leitos COVID-19, UTI (O) e Enfermaria (E). E no Eixo da evolução da pandemia são consideradas as taxas de positividade (TX) e variação da taxa de incidência (TR).

Cada indicador terá uma pontuação de corte distribuída entre 1 e 3 de acordo com a classificação de gravidade. A combinação dessas taxas e pontos de corte será calculada adotando a fórmula matemática cujos resultados serão assim estratificados: se o resultado for até 1,5 o município estará na fase verde que indica que a pandemia está com índices controláveis, o intervalo, maior que 1,51 a 2,5 entrará na fase amarela que indica sinal de alerta; e maior que 2,51 entrará na fase vermelha que é crítica.

Além da análise da conjuntura e dos indicadores observados individualmente, será utilizado como parâmetro da seguinte fórmula:

$$(O*3 + E*1 + TX*1 + TR*3)/(3 + 1 + 1 + 3)$$

Sendo:

O = Taxa de ocupação de leitos UTI (número de leitos de UTI-covid-19 ocupados / número de leitos UTI-Covid-19 existentes). – Peso 3

E = Taxa de ocupação de leitos Enfermaria (número de leitos de Enfermaria Covid-19 ocupados / número de leitos enfermaria existentes destinados a Covid-19). – Peso 1

TX= Taxa de Positividade (Número de testes RT-PCR + antígeno positivos na semana epidemiológica anterior/número de testes RT-PCR + antígeno realizados na semana epidemiológica anterior * 100). – Peso 1

TR= Variação da Taxa de Incidência é dado pela [(razão entre a taxa de incidência da última semana pela taxa de incidência da semana imediatamente anterior à última) – 1]*100. – Peso 3

As pontuações de corte para cada indicador são assim distribuídas:

- Quando a taxa de ocupação de leitos UTI-Covid-19 for < 50%, a pontuação será 1; quando for igual ou maior que 50% e menor que 80%, a pontuação será 2; quando for igual ou maior que 80% a pontuação será 3. As mesmas proporções e pesos se aplicam para as taxas de ocupação dos leitos de enfermarias destinadas para Covid-19.

- Quando a Taxa de Positividade (TX) for < 10%, a pontuação será 1; quando for igual ou maior que 10% e menor que 20%, a pontuação será 2; quando for igual ou maior que 20%, a pontuação será 3. Quando a variação da Taxa de Incidência (TX) for menor que 15% (<15%), o valor

será 1; quando avariação da Taxa de Incidência (TX) for igual a 15 ($\geq 15\%$ e $< 15\%$) o valor é 2. Quando a variação da Taxa de Incidência (TX) for maior ou igual a 15 ($\geq 15\%$), o valor será 3.

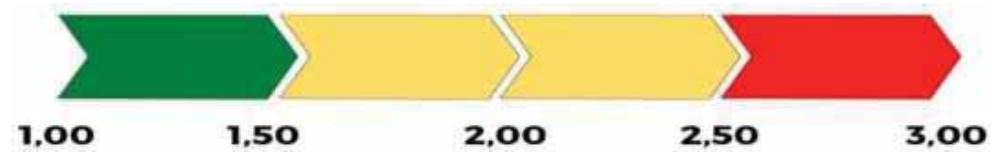
Figura 1 – Análise do Sistema de Fases representando: Índices controláveis, alerta e criticidade. Referentes à semana epidemiológica número 04 (23/01 – 29/01/2022) e Ocupação de leitos referente à data de 30/01/2022.

Taxa de Ocupação UTI	52%	Taxa de Positividade	46,52%
Pontuação de corte	2	Pontuação de Corte	3
Taxa de ocupação Enfermaria	79%	Varição da Incidência	- 17,70
Pontuação de corte	2	Pontuação de Corte	1

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

RESULTADO FINAL FASE

$$(0*3+E*1+TX*1+TR*3) / (3+1+1+3)$$
$$(1*3 + 1*1 + 2*1 + 1*3) / (3 + 1 + 1 + 3) =$$
$$14 / 8 = 1,75$$



Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

Indicador	EIXO 1: CAPACIDADE DE ATENDIMENTO				EIXO 2: EVOLUÇÃO DA PANDEMIA			
	% Ocup. UTI COVID		% Ocup. Enfermaria COVID		Taxa de Positividade		Variação da TX de Incidência	
PESO	3		1		1		3	
Fórmula	Razão entre o número de leitos UTI ocupados e o número de leitos UTI existentes destinados para covid-19.		Razão entre o número de leitos Enfermaria ocupados e o número de leitos Enfermaria existentes destinados para covid-19.		Número de testes RT-PCR e antígeno positivos na semana epidemiológica anterior dividido pelo número de testes RT-PCR e antígeno realizados na semana epidemiológica anterior *100		TX de Incidência = (número de testes positivos na semana dividido pela número de habitantes) vezes 100mil. Variação da TX = TX de Incidência de COVID19 na última semana dividido pela Taxa de Incidência de COVID19 na semana anterior à imediatamente anterior *100-1	
Unidade	Percentual - penúltimo dia da semana epidemiológica (SEXTA-FEIRA)		Percentual - penúltimo dia da semana epidemiológica (SEXTA-FEIRA)		Taxa da Semana Epidemiológica Anterior		Razão	
	Corte	Pontuação	Corte	Pontuação	Corte	Pontuação	Corte	Pontuação
1º Corte	< 50%	O = 1	< 50%	E = 1	< 10%	TX = 1	<15%	TR = 1
2º Corte	≥50% e < 80%	O = 2	≥50% e < 80%	E = 2	≥10% e < 20%	TX = 2	≥15% e < 15%	TR = 2
3º Corte	≥ 80%	O = 3	≥ 80%	E = 3	≥ 20%	TX = 3	≥15%	TR = 3
Fórmula Geral	$(O*3 + E*1 + TX*1 + TR*3)/(3 + 1 + 1 + 3)$							
Fase da Semana								

ANEXO II

INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	PENALIDADES
Falta do uso de Máscara	Em ambientes fechados, públicos e privados.	- Advertência. - Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88, lançada no CPF da pessoa infratora.
Aglomerção de Pessoas	Distanciamento de 1,5m (um metro e meio) entre pessoas.	- Advertência. - Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88, lançada no CPF da pessoa infratora e/ou CNPJ do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimento, na reincidência além da multa, interdição por até 90 dias. - Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.
Ausência de Protocolo Sanitário	Falta de controle de acesso de pessoas e barreira sanitária, distanciamento mínimo, tapete sanitário e afins, em estabelecimentos comerciais, órgãos públicos, instituições de ensino, etc. Falta da adesão e fixação do Termo de Responsabilidade Sanitária por parte dos estabelecimentos comerciais, bem como o cartaz informativo de capacidade máxima de pessoas.	- Advertência. - Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88 e interdição por até 90 dias, na reincidência. - Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.
Consumo de bebidas alcoólicas	Consumo de bebidas alcoólicas em via pública (exceto em bares e restaurantes, sentados nas mesas em locais que possuem autorização para uso do logradouro público).	- Advertência. - Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88, lançada no CPF da pessoa infratora.
Funcionamento Proibido	Shows, Boates, Festas com venda de ingresso, Casas Noturnas, Baladas e Similares. Competições esportivas.	- Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 20.600,00, lançada no CPF da pessoa infratora e/ou CNPJ do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimento, na reincidência além da multa, interdição por até 90 dias. - Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.
Funcionamento Irregular	Eventos Corporativos, Festivos, Sociais, Familiares, Leilões, Formaturas inclusive Colação de Grau.	- Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 20.600,00, lançada no CPF da pessoa infratora e/ou CNPJ do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimento, na reincidência além

INFRAÇÃO	DESCRIÇÃO	PENALIDADES
		<p>da multa, interdição por até 90 dias.</p> <p>- Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.</p>
Academias e congêneres	<p>Além das disposições dos protocolos sanitários previstos a outros estabelecimentos, deve-se também manter o registro de agendamento de clientes, distância entre equipamentos de 1,5m, higienização dos equipamentos após utilização, tempo mínimo de 10 minutos para reutilização de equipamentos e fechamento para sanitização do espaço. Além de outras obrigações citadas no decreto.</p>	<p>- Advertência.</p> <p>- Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88 e interdição por até 90 dias, na reincidência.</p> <p>- Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.</p>
Atividades esportivas coletivas e individuais	<p>Além das disposições dos protocolos sanitários, falta de controle de acesso de pessoas e distanciamento mínimo de 1,5m.</p>	<p>- Advertência.</p> <p>- Multa de R\$ 1.173,88 à R\$ 11.738,88, lançada no CPF da pessoa infratora e/ou CNPJ do estabelecimento. Em se tratando de estabelecimento, na reincidência além da multa, interdição por até 90 dias.</p> <p>- Nova reincidência, multa em dobro e cassação do alvará.</p>
<p>Além das penalidades previstas no Decreto, também poderão ser aplicadas outras penalidades previstas nas Legislações Municipais.</p>		

ANEXO III

INFORMATIVO DE CAPACIDADE TOTAL DE PESSOAS NO ESTABELECIMENTO

Este informativo deverá ser afixado na entrada do Estabelecimento, junto ao Termo de Responsabilidade Sanitária
Coronavírus

PAINEL PRIMÁRIO:
70MM: Cor Vermelha
CO Y100 M100 K0

Fonte Vazada no
Branco

ATENÇÃO

FONTE TÍTULO:
Arial black 150 /
SwitzerlandBlack 150

**Altura do caractere
sem pontuação:**
40mm

**Tamanho do
impresso:** A3 (297
x 420 mm)

CAPACIDADE MÁXIMA DE _____ PESSOAS

**PAINEL
SECUNDÁRIO:**
SwitzerlandCondBlack
85

**Altura do caractere
sem pontuação:**
22mm

DECRETO MUNICIPAL Nº 1672, DE 19 DE JANEIRO DE 2022



ANEXO IV

TERMO DE RESPONSABILIDADE SANITÁRIA (Coronavírus)

Nome/Razão Social:	CPF/CNPJ:
Telefone:	
Endereço:	Número:
Bairro:	CEP:

Eu, na qualidade de proprietário/representante legal, assino o presente Termo para exercer a atividade econômica inerente ao meu estabelecimento comercial, **ASSUMINDO, DESDE JÁ, TODAS AS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES PELA IMPLANTAÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE TODAS AS MEDIDAS OBRIGATÓRIAS** para o enfrentamento da emergência em saúde pública de importância internacional decorrente da Pandemia da Coronavírus, nos termos dispostos no Decreto Municipal nº 1.672, de 19 de janeiro de 2022, bem como outras que vierem a substituí-las:

- 1 - Realizar sistematicamente desinfecção, higiene e limpeza em todas as superfícies, equipamentos e correlatos, de uso comum dos clientes, utilizando de álcool 70% na forma líquida ou outros insumos aprovados pela ANVISA para eliminação do vírus, vedado uso de álcool em gel para estas finalidades;
- 2 - Realizar manutenção dos ambientes arejados, com portas e janelas abertas, e no uso de ar-condicionado, realizar higienizações no sistema de filtro, com produtos sanitizantes regularizados junto à ANVISA, mediante registros em relatórios que poderão ser fiscalizados;
- 3 - Afixar lado a lado, na entrada do estabelecimento e, em local visível, este termo e cartaz informando capacidade máxima de pessoas permitidas no estabelecimento (Anexo III, do Decreto nº 1.672, de 19 de janeiro de 2022);
- 4 - Controlar eventuais filas internas e externas aos estabelecimentos, utilizando-se de marcação removível, com distanciamento mínimo de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- 5 - Manter observância de 1,5m (um metro e meio) entre as pessoas;
- 6 - Manter colaborador, tanto na entrada quanto no interior das dependências comerciais, responsáveis por impedir a entrada e/ou permanência de quaisquer pessoas sem uso de máscara facial cobrindo nariz e boca, bem como orientar, sistematicamente, que todos os usuários realizem os procedimentos de higienização de mãos (ofertar pia de lavagem de mãos com sabão líquido, água e papel toalha e/ou álcool em gel a 70%);
- 7 - Disponibilizar e fiscalizar o uso de EPI's para si e para todos os trabalhadores, em consonância com as recomendações do Ministério da Saúde;



8 - Proibir quaisquer aglomerações;

9 - DECLARO que assumo a responsabilidade pelo cumprimento de todas as medidas, ainda que, venham a ser mais rigorosas, impostas pelo Município, em conformidade com a manifestação da Secretaria Municipal de Saúde e Comitê Técnico Científico de enfrentamento a Coronavírus;

10 - DECLARO, expressamente, que li e aceitei todas as normas deste Termo, estando ciente de que seu descumprimento, parcial ou integral, bem como das medidas estabelecidas no Decreto Municipal nº 1.672, de 19 de janeiro de 2022, poderá implicar em interdição, cassação do alvará e fechamento compulsório de meu estabelecimento, além das multas previstas no Decreto e minha responsabilização criminal, nos termos do artigo 268 do Código Penal.



ANEXO V

ATUALIZAÇÕES EM SÍNDROME GRIPAL E COVID 19 - Recepcionada a Nota Técnica nº 2/SES/COES MINAS COVID-19/2022

1) Indicações de isolamento:

Profissionais de saúde

Cinco dias: Ao 5º dia do início dos sintomas o profissional de saúde deverá realizar o teste de pesquisa de antígeno (teste rápido). Se for negativo, e estiver sem febre, sem sintomas respiratórios e sem uso de antitérmico há 24 horas, ele pode sair do isolamento e retornar ao trabalho. Se o resultado do exame for positivo, o mesmo deverá manter em isolamento por 7 (sete) dias para reavaliação.

O Ministério da Saúde ratifica que todas as medidas de proteção devem ser mantidas, como o uso de máscaras, evitar aglomerações, higienização das mãos, além de evitar contato com pessoas com comorbidades até o décimo dia.

Não profissionais de saúde

Sete dias: Se ao 7º dia o paciente estiver assintomático, ele está liberado do isolamento, sem necessidade de fazer o teste. Se o paciente continuar com sintomas respiratórios deve permanecer resguardado até 10 dias, estando assintomático há 24 horas, sem febre, sem sintomas respiratórios sem uso de antitérmicos.

Dez dias: Se ao 10º dia do início dos sintomas o paciente estiver assintomático há 24 horas, sem febre, sem sintomas respiratórios sem uso de antitérmicos, ele está liberado do isolamento.

2) Solicitação de exames:

PESQUISA DE ANTÍGENO: Deve ser realizado preferencialmente entre o 3º e 5º dias do início dos sintomas, sendo para profissionais de saúde, solicitação de internação, transferências reguladas e ingresso no centro cirúrgico.

RT-PCR FUNED: Deve ser realizado preferencialmente entre o 3º e 7º dias do início dos sintomas para todos os demais pacientes.



3) Medicações disponíveis na rede para uso em síndrome gripal:

- a) Oseltamivir (Tamiflu 75 mg de 12/12 horas, por 5 dias) para grupos prioritários segundo recomendações a baixo;
- b) Antitérmicos (Dipirona 500 mg, Paracetamol 750mg , e gotas);
- c) Analgésicos e Anti-inflamatorios (Diclofenaco de sódio 50 mg, Ibuprofeno 600mg e gotas)
- d) Antitussígenos (Loratadina suspensão oral, Dexclorfeniramina (Histamin) suspensão oral)
- e) Alívio da prostração (Prednisolona 1 mg/ml , comprimido 5 mg e 20 mg, Dexametasona comprimido 4 mg e solução 0,1mg/ml) , o uso de corticoides deve ser iniciado após o quinto/sexto dia do início dos sintomas.
- f) Alívio da congestão nasal com histórico de rinite (Loratadina 10 mg e suspensão oral, Dexclorfeniramina 2mg e suspensão oral)
- g) Alívio da odinofagia (Analgésico e Anti inflamatórios)
- h) Fluidificantes nasais (Soro fisiológico 0,9 % nasal)
- i) Protetores gástricos- (Omeprazol 20 mg)
- j) Anti eméticos (Metoclopramida gotas)
- k) Nutrição (Orientações)
- l) Hidratação oral (reforçar a necessidade e observar a diurese, soro de reidratação oral)

4) Complicações

A evolução da gripe (influenza) geralmente tem resolução espontânea em 7 (sete) dias, embora a tosse, o mal-estar e a fadiga possam permanecer por algumas semanas.

Alguns casos podem evoluir com complicações, sendo as mais comuns:

- Pneumonia bacteriana;
- Sinusite;
- Otite;
- Desidratação;
- Piora de doenças crônicas como insuficiência cardíaca, asma ou diabetes;
- Pneumonia primária por influenza.



Antibioticoterapia indicada em suspeita de infecção bacteriana associada (Amoxicilina Clavulanato comprimido e suspensão /Azitromicina comprimido / Bactrim comprimido e suspensão/ Levofloxacina 500mg, preferencial aos adultos).

5) Sinais de agravamento (piora do estado clínico)

- Aparecimento de dispneia ou taquipneia (frequência respiratória igual ou acima de 20 incursões por minuto) ou hipoxemia – (SpO₂ < 95%).
- Persistência ou aumento da febre por mais de três dias ou retorno após 48 horas de período afebril (pode indicar pneumonite primária pelo vírus influenza ou secundária a uma infecção bacteriana).
- Alteração do sensorio (confusão mental, sonolência, letargia).
- Hipotensão arterial (sistólica abaixo de 90 mmHg e/ou diastólica abaixo de 60 mmHg).
- Diurese abaixo de 400 ml em 24 horas.
- Exacerbação dos sintomas gastrointestinais em crianças.
- Desidratação.
- Exacerbação de doença preexistente (doença pulmonar obstrutiva crônica – Dpoc, cardiopatia ou outras doenças com repercussão sistêmica).
- Miosite comprovada por creatinofosfoquinase – CPK (≥ 2 a 3 vezes).
- Elevação da creatinina sérica acima de 2,0 mg/dL.

6) Sinais de agravamento na criança

- Persistência ou retorno da febre.
- Taquipneia com aumento do esforço respiratório.
- Bradipneia e ritmo respiratório irregular (colapso respiratório iminente).
- Gemidos expiratórios
- Estridor inspiratório (obstrução de vias aéreas superiores)
- Sibilos e aumento do tempo expiratório (obstrução de vias aéreas inferiores).
- Palidez cutânea e hipoxemia (SpO₂ < 95%).
- Alteração do nível de consciência (irritabilidade ou apatia).



O quadro clínico pode ou não ser acompanhado de alterações laboratoriais e radiológicas listadas a seguir:

7) Alterações laboratoriais:

- Hemograma (leucocitose, leucopenia ou neutrofilia).
- Bioquímica do sangue (alterações enzimáticas; musculares – CPK – e hepáticas – TGO, TGP, bilirrubinas).

Radiografia de tórax:

- Infiltrado intersticial localizado ou difuso ou presença de área de condensação.

8) Condições e fatores de risco para complicações

- Grávidas em qualquer idade gestacional, puérperas até duas semanas após o parto (incluindo as que tiveram aborto ou perda fetal).
 - Adultos \geq 60 anos.
 - Crianças $<$ 5 anos (sendo que o maior risco de hospitalização é em menores de 2 anos, especialmente as menores de 6 meses com maior taxa de mortalidade).
 - População indígena aldeada ou com dificuldade de acesso.
 - Indivíduos menores de 19 anos de idade em uso prolongado de ácido acetilsalicílico (risco de síndrome de Reye).
 - Indivíduos que apresentem:
 - > Pneumopatias (incluindo asma).
 - > Pacientes com tuberculose de todas as formas (há evidências de maior complicação e possibilidade de reativação).
 - > Cardiovasculopatias (excluindo hipertensão arterial sistêmica).
 - > Nefropatias.
 - > Hepatopatias.
 - > Doenças hematológicas (incluindo anemia falciforme).
 - > Distúrbios metabólicos (incluindo diabetes mellitus).
 - > Transtornos neurológicos e do desenvolvimento que podem comprometer a função respiratória ou aumentar o risco de aspiração (disfunção cognitiva, lesão medular, epilepsia, paralisia cerebral, síndrome de Down, acidente vascular encefálico – AVE ou doenças neuromusculares).



> Imunossupressão associada a medicamentos (corticoide ≥ 20 mg/dia por mais de duas semanas, quimioterápicos, inibidores de TNF-alfa) neoplasias, HIV/aids ou outros.

> Obesidade (especialmente aqueles com índice de massa corporal – IMC ≥ 40 em adultos).

A prescrição do fosfato de oseltamivir deve ser considerada baseada em julgamento clínico, preferencialmente nas primeiras 48 horas após o início da doença e nos grupos de risco , além dos medicamentos sintomáticos e da hidratação.

Todas as gestantes e puérperas com síndrome gripal, mesmo não complicadas, devem ser tratadas com antiviral. O tratamento com fosfato de oseltamivir não é contraindicado na gestação (categoria C) e sua segurança foi comprovada.

ANEXO VI

Formulário de Declarações de Saúde

Esta Declaração de Saúde tem por objetivo conhecer a situação de saúde do participante de eventos.

No caso de declaração falsa poderá responder criminalmente, de acordo com Decreto-Lei nº 2.848 de 7 de dezembro de 1940, Art. 299, Código Penal.

Pelo presente Formulário autorizo a Prefeitura Municipal de Uberaba/MG, aqui denominada como controladora, inscrita no CNPJ sob nº 18.428.839.0001-90, a dispor dos meus dados pessoais e dados pessoais sensíveis, para fins de monitoramento e enfrentamento da pandemia da COVID-19, conforme os artigos 7º e 11 da Lei nº 13.709/2018.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Informo que este Questionário é somente para fins de rastreamento de novos casos com relação a Pandemia da Covid-19, e os dados dos participantes não serão armazenados.

Declaro, ainda, que estou ciente e de acordo com as medidas e ações preventivas adotadas pelo Brasil, para enfrentamento da COVID-19, conforme especificado abaixo:

- Lavar frequentemente as mãos com água e sabonete; se não tiver água e sabonete disponível ou quando as mãos não estiverem visivelmente sujas, pode ser utilizado álcool em gel 70%;
- Utilizar máscara, cobrindo nariz, boca e queixo;
- Praticar etiqueta respiratória;
- Evitar tocar mucosas de olhos, nariz e boca sem que as mãos estejam limpas;
- Estar ciente da situação e seguir as orientações das autoridades de saúde pública locais;
- Evitar multidões ou locais com grande fluxo de pessoas;
- Monitorar sua saúde para sintomas de COVID-19 e, caso apresente algum sintoma:
 - procurar atendimento médico;
 - realizar isolamento conforme preconizado pelas autoridades de saúde locais.

Ao concordar com esses termos, me comprometo a cumprir todas as medidas estabelecidas no Decreto Municipal.

- Li e concordo com as condições sanitárias adotadas no Município.
 Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar.

QUESTIONÁRIO DE TRIAGEM – SMS/UBERABA **QUESTIONÁRIO SOCIODEMOGRÁFICO**

- 1) Nome completo: _____
- 2) Gênero: masculino feminino outro: _____
- 3) Data de nascimento: ____/____/____
- 4) Nacionalidade: _____
- 5) Residente no Brasil: sim não
- 6) Documento: RG/nº _____ CPF nº _____
- 7) Email: _____
- 8) Cep: _____
- 9) Endereço: _____
- 10) Bairro: _____
- 11) Cidade: _____
- 12) UF: _____

QUESTIONÁRIO SINTOMATÓLOGICO

- 1) Febre: sim não
- 2) Tosse: sim não
- 3) Dificuldade respiratória/falta de ar: sim não
- 4) Dor de garganta: sim não
- 5) Obstrução nasal/coriza: sim não
- 6) Sensação de resfriado: sim não
- 7) Outro: _____
- 8) Vacina contra Covid: sim não
- 9) 1ª dose 2ª dose dose de reforço: _____
- 10) Qual imunobiológico: Coronavac Astrazeneca Pfizer Jansen
- 11) Você já foi diagnosticado com covid-19 alguma vez: sim não
- 12) Foi contato próximo de positivo para COVID-19? sim não
- 13) Se contato próximo, informar data do contato: ____/____/____

GABINETE DA PREFEITA - ASSESSORIA ESPECIAL DE CAPTAÇÃO E PARCERIAS

ATO DE REVOGAÇÃO

Pelo presente, e para os devidos fins de direito, com fulcro na Súmula nº 473 do STF, que determina que *“A administração pode anular seus próprios atos, quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revogá-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos, e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial”*, ficam revogados os atos de publicação dos Primeiros Aditivos ao Contrato de Financiamento mediante Abertura de Crédito nº 20/000050-2 e 20/19029-8, que entre si celebram, o Banco do Brasil e o Município de Uberaba, publicados no Jornal Porta-Voz, Edição nº 2036, de 26.01.2022, p. 11 e 12.

Uberaba, 31 de Janeiro de 2022.

ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO

Prefeita

PEDRO HENRIQUE ARDUINI GUEDES

Secretário Interino de Serviços Urbanos e Obras

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/000050-2 QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE UBERABA.

ESPÉCIE	1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/000050-2
AGENTE FINANCEIRO SEDE CNPJ	BANCO DO BRASIL S.A SETOR DE AUTARQUIAS NORTE, QUADRA 05, LOTE B, ED. BANCO DO BRASIL – DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA/DF. CNPJ - 00.000.000/0001-91
FINANCIADO DOMICÍLIO SEDE CNPJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA AVENIDA DOM LUIZ MARIA SANTANA, 141 – MERCÊS CNPJ - 18.428.839/0001-90
OBJETIVO DO PRESENTE INSTRUMENTO	<p>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente ADITIVO tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/000050-2, no valor de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais), firmado entre as partes aos 03/06/2019, (doravante denominado simplesmente “ADITIVO”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:</p> <p>CLÁUSULA SEGUNDA – Alteração do PARÁGRAFO QUARTO da CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE DESEMBOLSO, que passará a vigorar a partir da data de assinatura deste instrumento com a seguinte redação:</p> <p>PARÁGRAFO QUARTO – O crédito será colocado à disposição do FINANCIADO, depois de cumpridas as condições de utilização do crédito referidas na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos pelo período de 30 dias a contar da data de assinatura deste ADITIVO.</p> <p>CLÁUSULA TERCEIRA – O FINANCIADOR E O FINANCIADO, sem ânimo de novar, declaram que o contrato em referência fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.</p>
DATA VIGÊNCIA	A vigência deste contrato é de até 26/02/2022 .
DATA DA ASSINATURA	28/01/2022
SIGNATÁRIOS	Banco do Brasil S.A e o Município de Uberaba

Uberaba, 28 de janeiro de 2022.


PEDRO HENRIQUE ARDUINI GUEDES
 Secretário Interino de Serviços Urbanos e Obras


ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO
 Prefeita Municipal

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/19029-8 QUE ENTRE SI CELEBRAM O BANCO DO BRASIL S.A. E O MUNICÍPIO DE UBERABA.

ESPÉCIE	1º ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO DE FINANCIAMENTO MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº 20/19029-8
AGENTE FINANCEIRO SEDE CNPJ	BANCO DO BRASIL S.A SETOR DE AUTARQUIAS NORTE, QUADRA 05, LOTE B, ED. BANCO DO BRASIL – DISTRITO FEDERAL - BRASÍLIA/DF. CNPJ - 00.000.000/0001-91
FINANCIADO DOMICÍLIO SEDE CNPJ	PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERABA AVENIDA DOM LUIZ MARIA SANTANA, 141 – MERCÊS CNPJ - 18.428.839/0001-90
OBJETIVO DO PRESENTE INSTRUMENTO	<p>CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: O presente ADITIVO tem por objeto retificar e ratificar, na forma das cláusulas abaixo, o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 20/19029-8, no valor de R\$29.000.000,00 (vinte e nove milhões de reais), firmado entre as partes aos 12/07/2019, (doravante denominado simplesmente “ADITIVO”), que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:</p> <p>CLÁUSULA SEGUNDA – Alteração do PARÁGRAFO QUARTO da CLÁUSULA TERCEIRA – FORMA DE DESEMBOLSO, que passará a vigorar a partir da data de assinatura deste instrumento com a seguinte redação:</p> <p>PARÁGRAFO QUARTO – O crédito será colocado à disposição do FINANCIADO, depois de cumpridas as condições de utilização do crédito referidas na Cláusula Condições para Desembolso de Recursos pelo período de 30 dias a contar da data de assinatura deste ADITIVO.</p> <p>CLÁUSULA TERCEIRA – O FINANCIADOR E O FINANCIADO, sem ânimo de novar, declaram que o contrato em referência fica ratificado em todos os seus termos, cláusulas e condições não expressamente alterados neste documento, que àquele se integra, formando um todo único e indivisível para todos os fins de direito.</p>
DATA VIGÊNCIA	A vigência deste contrato é de até 26/02/2022 .
DATA DA ASSINATURA	28/01/2022
SIGNATÁRIOS	Banco do Brasil S.A e o Município de Uberaba

Uberaba, 28 de janeiro de 2022.


PEDRO HENRIQUE ARDUINI GUEDES
 Secretário Interino de Serviços Urbanos e Obras


ELISA GONÇALVES DE ARAÚJO
 Prefeita Municipal

CONSELHO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA DOS ANIMAIS**ATA Nº 005/2021**

Aos 15 (quinze) dias do mês de dezembro de 2021 (dois mil e vinte e um), às 17h30 (dezessete horas e trinta minutos), pela plataforma Google Meet realizou-se a quinta reunião do Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Animais/COMUPDA. Estavam presentes os seguintes conselheiros: Michel Sanches Ferreira (Secretaria de Saúde), Selma Aparecida de Bessa (Secretaria do Meio Ambiente), Léia Mendes de Queiroz e Oliveira (Secretaria da Educação), Janaina Isidoro da Silva (Secretaria de Governo), Guilherme Caetano Garcia (Docente do Curso de Medicina Veterinária), Cleibiane Evangelista Franco Borges (Docente do Curso de Medicina Veterinária) e Rita de Cássia Andrade Batista (Representante das Entidades de proteção animal/ambiental). Aberta a sessão, verificou-se o quórum necessário para o início da presente reunião. A presidente Rita Andrade, cumprimentou a todos fazendo às considerações iniciais e apresentando a pauta da reunião, sendo: 1) discussão e qual seria a resposta ao processo 01/10014/2021, encaminhado ao Conselho pela Secretaria de Governo. 2) Apontamento e definição de como atas serão aprovadas. 3) Políticas públicas voltadas aos animais. Após passou a palavra a primeira secretária, Janaina Isidoro, que colocou em pauta o processo administrativo número 01/10014/2021, que cita histórico dos atos oficiais do COMUPDA, e ainda algumas irregularidades realizadas por ex-conselheiros. Com análise da documentação por todos os conselheiros, que mostra que o último mandato do COMUPDA se encerrou em dezembro de 2019, na data da Ata nº 007 publicada no Jornal Porta Voz em 25 de março de 2020, os membros presentes na reunião, diga-se conselheiros não possuíam legitimidade para assinarem a Ata como tal. A presidente do Conselho, Rita com a palavra sugeriu que fosse elaborado ofício com o teor discutido, para que processo pudesse retornar para PROGER, para adotarem as medidas que julgarem necessárias, sugestão aprovada por todos os conselheiros. Foi elaborado ofício que remete a ilegitimidade dos membros a época, o qual foi aprovado por todos os conselheiros. Finalizada essa pauta, a palavra foi passada ao conselheiro Michel que colocou segundo tema em pauta. O mesmo falou sobre aprovação das atas que de acordo com Regimento Interno do COMUPDA devem ser lidas na próxima reunião, para aprovação e após publicadas, sendo voto unânime a sugestão apresentada pelo Conselheiro. Os conselheiros devem seguir esse procedimento, uma vez que atas estavam sendo aprovadas e assinadas virtualmente antes da próxima reunião. Finalizado segundo tema da reunião, Michel ainda com a palavra questionou para onde pode enviar dúvidas sobre as políticas públicas voltadas para a causa. A presidente Rita, explicou que a dúvida, ou sugestão deve ser encaminhada para a Secretaria executora. Ela também sugeriu que Conselho propusesse uma Campanha de Conscientização da Posse Responsável. Finalizadas as pautas, e nada mais havendo a tratar, eu, Janaina Isidoro, lavrei a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim e por todos os presentes.

Michel Sanches Ferreira (Secretaria de Saúde)

Selma Aparecida de Bessa (Secretaria do Meio Ambiente)

Léia Mendes de Queiroz e Oliveira (Secretaria da Educação)

Janaina Isidoro da Silva (Secretaria de Governo)

Guilherme Caetano Garcia (Docente do Curso de Medicina Veterinária)

Cleibiane Evangelista Franco Borges (Docente do Curso de Medicina Veterinária)

Rita de Cássia Andrade Batista (Representante das Entidades de proteção animal/ambiental)